



Universidade Brasília

Instituto de Ciência Política – IPOL

RAIANE CARVALHO DE SOUSA

**UM RETRATO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DAS
VARIÁVEIS DE RENDA, RAÇA E ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Brasília - DF, 2018

Universidade Brasília
Instituto de Ciência Política – IPOL

RAIANE CARVALHO DE SOUSA

**UM RETRATO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DAS
VARIÁVEIS DE RENDA, RAÇA E ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Monografia apresentada ao Instituto
de Ciência Política da Universidade de
Brasília como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel em
Ciência Política.

Brasília - DF, 2018

Universidade De Brasília – UNB

Instituto de Ciência Política

Bacharelado em Ciência Política

RAIANE CARVALHO DE SOUSA

Banca Examinadora

Prof. Dr. Aninho Irachande – Orientador

IPOL /UNB

Prof. Dr. _____ – Membro

IPOL/UnB

IPOL/UnB

2/2018

Dedico esta monografia principalmente aos meus pais, Senhor Filadelfo e Dona Francisca pela liberdade de sempre realizar minhas escolhas, pelo apoio e pela base sólida e forte que sempre foram.

AGRADECIMENTO

Agradeço principalmente a Deus pela família que me deu e por ter colocado em meu caminho pessoas incríveis que, de alguma forma, fizeram parte da caminhada até aqui.

Agradeço aos meus pais, que apesar de todas as dificuldades, sempre se esforçaram e se esforçam muito para me proporcionar o melhor e sempre apoiaram minhas escolhas, além de todo o amor e dedicação que sempre tiveram por mim e meu irmão, Rone.

Não poderia deixar de agradecer aos meus queridos amigos por todo o incentivo e por sempre acreditar em minha capacidade de ser melhor a cada dia. Toda força que me deram foi essencial nessa caminhada dentro da Universidade de Brasília, na caminhada profissional e pessoal.

Por fim, agradeço ao meu Orientador, Aninho, por toda a paciência, disponibilidade e auxílio na escolha do tema e ao longo desse projeto de monografia, o que foi essencial pra mim.

RESUMO

Atualmente no Brasil percebe-se que existe uma grande parcela da população brasileira que se encontra em vulnerabilidade social e possui grandes dificuldades de alcançar condições mínimas de sobrevivência, ou seja, são indivíduos excluídos socialmente. Partindo dessa questão que leva a diversos problemas ao desenvolvimento social, político e econômico de um país, propõem-se analisar a partir de três variáveis, sendo elas, raça, tecnologias de Informação e comunicação (TIC's) e renda, o fenômeno da exclusão social como uma privação da população mais carente aos serviços básicos de qualidade, como saúde, educação, saneamento, entre outros e que não possuem uma participação ativa e concreta das questões sociais do país.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA.	10
CAPÍTULO 2 – VARIÁVEIS DE EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL.....	17
2.1- Raça	18
2.2- Tecnologias de Informação e Comunicação	24
2.3- Renda	30
CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil percebe-se que existe uma grande parcela da população brasileira que se encontra em vulnerabilidade social e possui grandes dificuldades de alcançar condições mínimas de sobrevivência, ou seja, são indivíduos excluídos socialmente. Partindo dessa questão que leva a diversos problemas ao desenvolvimento social, político e econômico de um país, propõem-se analisar a partir de três variáveis, sendo elas, raça, tecnologias de Informação e comunicação (TIC's) e renda, o fenômeno da exclusão social como uma privação da população mais carente aos serviços básicos de qualidade, como saúde, educação, saneamento, entre outros e que não possuem uma participação ativa e concreta das questões sociais do país.

Depreende-se que dentro da parcela da sociedade excluída social e digitalmente e que possui baixa renda, encontra-se grande parte da população negra e, que devido ao passado histórico de desigualdade racial e social, ainda possui grandes dificuldades de se afirmar e de ascender socialmente dentro de uma sociedade que nega a existência do racismo.

Assim, a exclusão digital pode estar intimamente relacionada com a exclusão social. As transformações tecnológicas, bem como a globalização, acabam ampliando esse processo de exclusão social, quando uma grande parcela da sociedade não possui acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, e por isso, torna-se excluídas digitalmente, o que implica dizer, que as oportunidades de acesso ao emprego e utilização de serviços públicos, são limitadas.

A monografia será dividida em três capítulos. No primeiro será realizada uma contextualização da exclusão social brasileira nos dias atuais e com se concretizou na realidade brasileira. O Segundo capítulo tratará sobre as três variáveis escolhidas (raça, tecnologias de informação e comunicação e renda) com o intuito de problematiza-las e de apontar sua relação com a exclusão social. Ao final da análise das variáveis, o capítulo final cruzará essas variáveis com o fenômeno estudado.

As variáveis escolhidas para tratar da questão da exclusão social no Brasil são temas recorrentes, como a questão racial e da desigualdade de renda, e relativamente contemporâneos, como no caso das TIC's na realidade brasileira. Por isso, a questão a ser

analisada é: considerando a história do Brasil contemporâneo, é possível afirmar que o fenômeno da exclusão social promove uma relação social com o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC's), os níveis de renda e as diferenciações raciais? E se sim, de que forma essas questões contribuem para a permanência ou para a redução da exclusão social no Brasil.

CAPÍTULO 1- CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

O fenômeno da exclusão social se verifica de modo cada vez mais claro nas sociedades contemporâneas e com consequências cada vez mais diversas. Suas causas parecem advir de diversas origens que vão desde o acesso aos meios de obtenção de renda, escolarização, acesso a serviços básicos de saúde e lazer, precariedade de distribuição da riqueza nos países, limitações de acesso às tecnologias de informação e comunicação, industrialização excludente pela mecanização e automação, diferenciação de grupos sociais em razão da raça ou gênero, entre outros.

Por isso, torna-se necessário realizar uma breve conceituação e maior definição desse fenômeno a fim de compreender suas origens, causas e tipos dentro do contexto da sociedade brasileira, bem como outros problemas que provocam a exclusão social.

De acordo com Fernando Rezende e Paulo Tafner (2005) a exclusão social pode ser caracterizada como uma impossibilidade de ascensão social que independe do esforço ou do mérito. Assim:

“O fenômeno da exclusão social assim estaria associado a mecanismos institucionais, políticos e culturais que podem impor restrições à mobilidade social efetiva ou potencial devido a fatores como posição do indivíduo no mercado de trabalho, escolaridade, cor, sexo e origem socioeconômica. Isso para não falar em outros aspectos nem sempre levados em conta, como o exercício do direito à cidadania e uma ampla participação política.” (REZENDE; TAFNER, 2005: 24)

Ou seja, percebe-se que é um fenômeno relacionado diretamente com a questão da mobilidade social e participação social, política e econômica, associados aos grandes níveis de desigualdades da sociedade brasileira.

Segundo Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes e Januário (1999), a exclusão social pode ser definida por uma série de desigualdades entre grupos da sociedade que possibilitam a alguns desses grupos uma participação social plena e a outros a dificuldade de exercer essa participação devido a diferenciações sociais, econômicas, étnicas, culturais, políticas e de gênero que colocam uma grande parcela de indivíduos na situação de excluído social. Essa exclusão, segundo os autores, torna-se responsável por causar uma série de fragmentações e

rupturas dentro da sociedade, tornando-se difícil de ser erradicada e persistindo dentro das estruturas sociais, gerando uma série de problemas que serão vistos mais adiante. (RODRIGUES; SAMAGAIO; FERREIRA; MENDES; JANUÁRIO, 1999: 64-65)

As questões da pobreza e da exclusão social no Brasil estão intimamente interligadas e acentuam-se durante as décadas de 60 e 70 podendo ser relacionadas, segundo Vêras (2001), com a migração da população do campo para as cidades em busca de melhor qualidade de vida. Para a autora, esse fenômeno causou uma irregularidade na estrutura das cidades visto que, essa população proveniente do campo, se instalava nas marginais das cidades grandes distantes de serviços básicos e com poucas oportunidades de emprego, contribuindo para o processo de exclusão social. (VERÁS, 2001: 28-29)

Nesse contexto, as áreas periféricas surgem como uma questão social, tornando-se marginalizadas e sua população sendo excluída dos processos de urbanização, promovendo o aumento da pobreza em vista da baixa concentração de renda e problemas de cidadania, como a dificuldade de acesso a educação, emprego, saúde, entre outros. Percebe-se assim, que a exclusão social causada por problemas territoriais afeta não só os excluídos, mas também causa problemas estruturais para as cidades, gerando uma série de falhas administrativas e sociais. (VERÁS, 2001: 30-31)

Rezende e Tafner (2005) denominam esse problema de regiões marginalizadas nos centros urbanos como uma “metropolização da pobreza” e chamam atenção para a dificuldade encontrada pelo governo de encontrar soluções eficazes para essa questão. (REZENDE; TAFNER, 2005: 26)

Existem diversos conceitos acerca do fenômeno da Exclusão social que para Fabiola Zioni (2006) foi um termo que adquiriu uma visibilidade diferenciada no campo político a partir do final dos anos 80, período em que os problemas sociais tomavam uma proporção muito maior do que se imaginava. Segundo ela: “O crescimento do desemprego e do trabalho precário questionam essa imagem otimista e conduzem a reflexão ao tema da exclusão social, que dominará o cenário nos anos que se seguem, ainda que bastante questionado” (ZIONI, 2006: 27)

Segundo a autora, a exclusão social é, na verdade, um efeito das transformações sociais que foram ocorrendo ao longo do tempo e não apenas a fatores econômicos ou individuais. Foi quando surgiu uma ideia de “inadaptação social”, onde se percebia que

diversas situações causavam instabilidade social a vários grupos da população, ou seja, havia ali uma questão social. Assim, a partir da análise de diferentes abordagens, a autora coloca que o conceito de Exclusão social tem um caráter metodológico que auxilia na problematização de questões sociais e mostra a necessidade de uma atitude do Estado para essas questões. (ZIONI, 2006: 17-18)

Essa situação das áreas marginalizadas e dos problemas de renda e pobreza perpetua-se até os dias atuais como pode ser visto em dados recentes que apontam a concentração de renda e aumento da desigualdade através do índice de Gini, constatando que na região nordeste há uma concentração menor de renda e desigualdade 44,9% vezes maior que em outras regiões. Na região Sudeste, composta por grandes centros urbanos, empresas e indústrias, essa concentração é maior e a desigualdade é menor comparada com outras regiões. Ainda sobre a concentração de renda, destaca-se que “Em 2017, uma minoria mais rica formada por 10% dos brasileiros detinha 43,3% da renda total do país. Na outra ponta, os 10% mais pobres detinham apenas 0,7% da renda total”. (ECONOMIA.UOL, 2018).

Através de outros dados retirados da Pesquisa de Desigualdade Mundial de 2018, percebe-se que a variável renda e sua concentração é um dos fatores que contribuem para a exclusão de uma grande parcela da população. Nesta pesquisa, os economistas verificam que quase 30% da renda do Brasil se encontra com apenas 1% da população brasileira, sendo um dos países com maior concentração de renda e mais desiguais. Na pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE ao final de 2017, constata-se que a desigualdade de renda é ainda maior entre mulheres e negros, mesmo estes sendo maioria na população brasileira. “Apesar de as mulheres representarem mais da metade da população em idade de trabalhar, os homens preencheram 57,5% dos postos de trabalho”. (CARTA CAPITAL, 2017).

No que diz respeito à desigualdade entre brancos e negros “Entre a população ocupada, os brancos representavam 46,6%, enquanto os pretos, 9%, e os pardos, 43,4%. O rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas brancas (2.810) foi aproximadamente 45% maior do que o das pessoas pretas (1.547) e pardas (1.524).” (CARTA CAPITAL, 2017)

Essa imensa concentração de renda pode ser justificada, segundo estudo realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), pelo fato de que os mais ricos no Brasil, com

maiores patrimônios e rendimentos, são aqueles que menos declaram impostos de renda no país, o que demonstra a má distribuição de renda. (SALVADOR, 2016: 43)

O mesmo cenário permanece atualmente, segundo artigo da revista Carta Capital que constata que “O sistema fiscal também contribui de forma expressiva para a desigualdade brasileira. Enquanto os 10% mais pobres usam cerca de 32% de sua renda para pagar impostos, a carga tributária dos 10% mais ricos é de 21%.” (CARTA CAPITAL, 2018). Essas informações demonstram a ineficiência das políticas fiscais do Estado brasileiro e o de como esse sistema colabora para a permanência da desigualdade social brasileira.

De acordo com esses dados e com os autores Matos e Chagas (2008), existe um grande abismo de renda e concentração regional em territórios mais carentes presentes no território brasileiro. Para os autores, as crises econômicas e a grande concorrência internacional marcada pela globalização, causam abismos para países e populações mais pobres que possuem maiores dificuldades de inserção nesse processo de globalização marcado pelo uso cada vez mais constante das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), fazendo com que essas tecnologias contribuam para aumentar a exclusão social e digital dessa parcela da população.

Assim, percebe-se que problemas econômicos são grandes responsáveis pela exclusão social por gerar esse desemprego estrutural, onde há uma desqualificação da maior parte da sociedade para os cargos disponíveis, causando a precarização do trabalho e desvalorização da mão de obra.

Para Pozzo e Furini (2010), o processo de exclusão social acaba sendo naturalizado pelo sistema capitalista, o que faz com que populações que vivem em situação de pobreza passem despercebidas no cotidiano, passando por situações de opressão e humilhações, contribuindo ainda mais para o aumento desse fenômeno. Para os autores, a pobreza é um desdobramento do processo de exclusão e facilitado pelo sistema econômico atual.

A exclusão na contemporaneidade, de acordo com Wanderley (2001), cria indivíduos que se tornam desnecessários, provenientes de diversas camadas sociais, devido às grandes transformações tecnológicas e provenientes da globalização que aumentam o número de excluídos e diminuem o número de incluídos que concentram cada vez mais riquezas, alargando as desigualdades em todos os níveis sociais (moradia, educação, emprego.).

Esse autor acredita que o passado escravista e de exploração que construiu a economia da sociedade brasileira é um dos fatores responsáveis pela desigualdade social e de renda que se perpetua e, conseqüentemente, da exclusão social vivenciada atualmente.

Essa questão pode ser constatada pelo artigo a respeito das desigualdades sociais no Brasil da revista Carta Capital onde: “Somados, os seis brasileiros mais ricos têm o mesmo patrimônio que os 100 milhões na base da pirâmide social – e a maior parte destes são pardos ou negros, descendentes de escravos trazidos da África durante os 350 anos de escravidão no Brasil.” (CARTA CAPITAL, 2018)

Partindo desse pressuposto, o processo de exclusão gera ainda uma desqualificação social, causando dificuldades de inserção no mercado de trabalho e provocando um isolamento social dessa parcela da população. Esse conceito de desqualificação social é utilizado por Serge Paugam (2001) para caracterizar “o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população- e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo.” (PAUGAM, 2001: 68).

Ou seja, para o autor, a desqualificação social faz com que as camadas da população nessa situação se tornem cada vez mais dependentes do assistencialismo do Estado, e se encontrem mais distantes do mercado de trabalho que se torna cada vez mais competitivo, o que contribui para a exclusão desses indivíduos, já que permanecem distantes dos outros grupos sociais e se colocam em situação de vulnerabilidade social, o que dificulta ainda mais que alcancem algum tipo de mobilidade social. (PAUGAM, 2001: 69).

A questão da mobilidade social está inteiramente interligada com a qualificação social, por exigir a especialização da mão de obra para conhecimentos diversos, especialmente aqueles ligados a tecnologia e suas inovações. Com o advento da globalização e da utilização de novas tecnologias, o mercado de trabalho brasileiro vai se moldando e exigindo cada vez mais qualificação.

Os autores Rezende e Tafner (2005) acreditam que o mercado de trabalho pode ser uma ferramenta que auxilie na inclusão social, mas pra isso é necessário que haja um maior controle econômico e demográfico, já que essas duas variáveis são responsáveis por determinar o crescimento do mercado de trabalho e de distribuição desse mercado, respectivamente.

Além dessas duas variáveis, os autores chamam atenção para a educação, como primordial para alcançar maiores níveis de qualificação para competir com as oportunidades de trabalho, influenciando em uma maior possibilidade de alcançar mobilidade social. (REZENDE; TAFNER, 2005: 26-27)

Os autores enxergaram um crescimento da mobilidade social no Brasil com as novas propostas de industrialização e urbanização ocorridas a partir da década de 70, bem como novas oportunidades de emprego que surgiam, percebendo que existe uma relação de mobilidade social e crescimento da economia. Nesse período também foram percebidas modificações na hierarquia das pirâmides sociais, visto que os filhos das famílias brasileiras foram conquistando ao longo do tempo cargos e posições melhores que a de seus pais.

Porém, com essas informações também foi identificado que havia uma grande desigualdade relacionada às oportunidades dessas famílias, pois aqueles filhos provenientes de famílias mais humildes e encontrados em posições mais baixas na pirâmide social tinham menos oportunidades de adquirir mobilidade social, ao passo que os filhos provenientes de famílias com maiores condições financeiras teriam uma maior mobilidade. (REZEDE; TAFNER, 2005: 24-25)

A mobilidade social também pode ser relacionada, mesmo que indiretamente, com a vulnerabilidade social, já que indivíduos que se encontram no estado de vulnerabilidade têm maiores dificuldades de alcançar maiores chances de ascensão social, bem como acesso a bens e serviços produzidos para a sociedade. Para os autores Guareschi, Reis, Huning e Bertuzzi (2007), a própria estrutura social na qual o Estado brasileiro foi construído contribui para perpetuar essa questão da vulnerabilidade social. (GUARESCHI; REIS; HUNING; BERTUZZI, 2007: 20)

Essa estrutura (social, política e econômica) transforma aqueles indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social em excluídos sociais e que passam a necessitar de políticas públicas para terem acesso aos serviços prestados pelo Estado. Esses autores acreditam que a questão da vulnerabilidade social é alimentada também pelo preconceito existente pelas outras classes sociais, pois indivíduos nessa situação, principalmente jovens, são marginalizados não sendo aceitos pela sociedade.

Isso se dá, em grande medida, pelo fato de pessoas em estado de vulnerabilidade residir em periferias e locais afastados dos centros, pela questão da raça, etnia, gênero,

formas de comunicação, vestimentas, entre outros. (GUARESCHI; REIS; HUNING; BERTUZZI, 2007: 23-24). Ou seja, o processo de exclusão social também se dá através do preconceito enraizado em nossa sociedade.

Percebe-se que também que a própria estrutura do Estado e suas instituições são responsáveis, por promover um ambiente de constante exclusão e de processos sociais desiguais ao longo de sua constituição. As antigas formas de exclusão foram sendo transformadas por novas formas de exclusão, na medida em que a economia e a globalização foram sendo introduzidas na sociedade brasileira, fazendo com que novas formas de desigualdade fossem aparecendo e tornando-se naturalizadas pelo sistema institucional brasileiro.

CAPÍTULO 2 - VARIÁVEIS DE EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

A partir da definição e das implicações causadas pelo fenômeno da exclusão social visualizadas no capítulo anterior, pretende-se relacionar esse fenômeno com três variáveis principais que são: raça, para perceber em que medida a condição racial no Brasil pode ser determinante para o processo de exclusão social; a renda, com o intuito de verificar qual sua relação e como pode contribuir para a exclusão social no Brasil; e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC's), com o objetivo de analisá-las como uma ferramenta capaz de atuar na redução da exclusão social a partir da inclusão digital.

O intuito de analisar essas três variáveis seria identificar se realmente existe uma relação com a exclusão social e em que medida estas podem contribuir para modificar ou intensificar o processo de exclusão na sociedade brasileira.

Para isso é necessário que se faça uma elucidação dessas variáveis e de como elas podem influenciar a sociedade brasileira favorecendo ou não que problemas como desigualdade, preconceito e falta de mobilidade social, por exemplo, se perpetuem e contribuam para a exclusão social atualmente.

2.1. RAÇA

Utilizando o fator racial como uma variável determinante para o processo de exclusão social, o autor Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004) coloca que o termo racismo está relacionado com as diferenciações biológicas e naturais dos seres humanos. No Brasil, essa questão se sobressai após a abolição da escravidão e sobre a visão das elites e da população branca sobre os ex-escravos, que para eles, nada mais eram do que uma raça que deveria continuar em posições subordinadas. Isso pode ser ilustrado com a vinda dos imigrantes para o Brasil, a fim de substituir a mão de obra escrava e com a crescente intenção de embranquecer a população. (GUIMARÃES, 2004: 11).

Guimarães acredita que alguns processos são responsáveis pela estruturação e permanência das desigualdades raciais que permeiam até hoje. O primeiro seria o problema da identidade social, relacionado às atribuições dadas ao negro; o segundo seria o próprio processo de representação política dentro da esfera pública e o terceiro está relacionado com a própria estrutura e os constrangimentos institucionais. Assim, o que alimenta as desigualdades raciais são os crescentes comportamentos racistas alimentados pelos atores sociais e pela própria estrutura do Estado. (GUIMARÃES, 2004: 32)

Assim como Guimarães, Gomes (2005) também acredita que o motivo pelo qual a aparência do negro é vista de forma negativa na sociedade se deve ao passado estrutural racista e pela falta de posicionamento do Estado e das instituições no pós-abolição diante do racismo, desconsiderando a desigualdade racial e negando a participação do negro como cidadão efetivo, ou seja, negando que esse problema exista.

Para Gomes (2004), o conceito de “raça”, na verdade, é uma construção social moldada através de um processo histórico da sociedade. As relações hierárquicas ainda estão enraizadas em nossa sociedade, moldando e diferenciando as classes sociais, raciais e de gênero. O próprio Estado nega a existência do racismo, porém as pesquisas e estatísticas contradizem essa informação, afirmando que há uma extrema desigualdade racial no cotidiano em relação a brancos e negros na sociedade brasileira. (GOMES, 2005: 46).

Percebe-se então, que o simples fato de ser negro já se torna um fator determinante para que o negro seja excluído socialmente. “Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de um modo particular, o povo negro.” (GOMES, 2005: 47)

Para os autores Santos e Neto (2011) as características étnico-raciais que configuram a cor da pele, vestuário, comportamento do negro são fatores associados negativamente pela sociedade e carregam um sentido pejorativo, ou seja, a discriminação racial e cultural já começa pela forma como os traços e a aparência do negro são percebidos na sociedade. Há uma naturalização da hierarquia, cultura, política e economia do homem branco com características europeias, fazendo com que todos aqueles que não se enquadram nesse padrão sejam marginalizados e excluídos dos processos sociais, econômicos e políticos. (SANTOS; NETO, 2011: 520).

Esses autores acreditam que uma forma de combater essa visão estereotipada que se tem do negro na sociedade brasileira seria dar mais visibilidade e procurar conhecer melhor as relações étnico-raciais, principalmente no ambiente escolar, onde muitos jovens negros sofrem um extremo preconceito e são naturalmente excluídos. (SANTOS; NETO, 2011: 534-535).

Para Santos e Scopinho (2015) o negro no Brasil é sempre colocado em um patamar inferior devido ao olhar que a sociedade dominante branca tem sobre ele, o que faz com que seja uma raça naturalmente desqualificada e prejudicada socialmente, facilitando o processo de exclusão racial e social. Para eles, os espaços onde mais se verifica essa desigualdade seriam nas universidades, principalmente nas públicas, e no mercado de trabalho, onde se evidencia a dificuldade do negro em obter uma educação de qualidade para ingressar na universidade e, conseqüentemente, ingressar no mercado de trabalho ocupando cargos com melhores salários e condições trabalhistas. (SANTOS; SCOPINHO, 2015: 174)

Para o autor Rafael Guerreiro Osório (2008) esse ingresso do negro na vida acadêmica torna-se ainda mais difícil por que enquanto se encontra na escola, o negro já sofre discriminação apenas por suas características físicas, fazendo com que as desigualdades entre brancos e negros apenas se reproduzam, situação que dificulta ainda mais o sucesso do aluno negro no espaço educacional. Ou seja, essas situações discriminatórias pelas quais o negro passa do negro já o coloca em desvantagem na primeira fase da vida social, a do aprendizado, o que influencia diretamente no ingresso dentro do mercado de trabalho e em outros espaços sociais.

Para esse autor, o ensino e o próprio espaço educacional deveriam ser as ferramentas mais importantes para o negro de se alcançar alguma mobilidade social. Porém, essa

dificuldade em acessar uma educação de qualidade e as dificuldades enfrentadas durante a formação faz com que as diferenças entre negros e brancos se perpetuem. Essa abordagem faz parte da “teoria das desvantagens cumulativas”. (OSÓRIO, 2008: 85)

Essa teoria faz parte da terceira onda teórica abordada pelo autor a respeito da desigualdade racial na sociedade brasileira a partir da década de 70, onde após a abordagem da primeira e da segunda onda teórica, constatou-se que realmente havia uma grande desigualdade racial e que o negro, mesmo após os processos de modernização, continuou sendo vítima do racismo como forma de manutenção de poder das elites brasileiras, o que afetou diretamente na questão da mobilidade social da população negra. (OSÓRIO, 2008: 88).

Isso pode ser verificado com a colocação da autora Rosana Heringer (2002), que ao realizar uma comparação entre negros e brancos no que diz respeito à distribuição de renda e mercado de trabalho no ano de 1999, percebe que: “Os negros brasileiros têm feito pouco progresso na conquista de profissões de maior prestígio social, no estabelecimento de seus próprios negócios e na ocupação de posições de poder político. Eles ainda concentram-se em atividades manuais que exigem pouca qualificação e escolaridade formal”. (Heringer, 2002: 61).

Como resposta ao preconceito racial e inferiorização do negro na sociedade, a população negra começou com o processo de formação de grupos, associações e outras formas de mobilização, para realizar reivindicações com o intuito de estabelecer melhores condições para os negros e reduzir a exclusão e discriminação racial dentro do país, mostrando que o negro pode e deve ocupar os mesmos espaços que os brancos.

Osório (2008) acredita que esse tipo de reação é uma das melhores formas de lutar contra as desigualdades sociais, políticas e econômicas enfrentadas pelo negro. (OSÓRIO, 2008: 89).

Segundo Petrônio Domingues:

“Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas” (DOMINGUES, 2007: 100-101)

A criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 foi um grande marco que possibilitou que a luta do negro contra a discriminação racial tivesse mais destaque dentro do cenário político, visto que as ações e intervenções do MNU levaram à sociedade a fazer uma maior reflexão dos problemas e dificuldades vivenciadas pelo negro e derrubaram algumas ideologias que predominavam na época como, por exemplo, a ideologia do branqueamento. As instituições como igrejas, universidades, partidos políticos, escolas e sindicatos foram espaços encontrados pelo MNU para levar e difundir suas discussões e questões a respeito do racismo e discriminação racial.

De acordo com Santos e Machado:

“Haja vista, o cenário sociopolítico e histórico do Brasil foi marcado por intenso trabalho e articulação do movimento negro que, a partir de 1985, organizou encontros municipais e estaduais com o objetivo de refletir a participação do negro no processo constituinte. Entre esses, destaca-se o Primeiro Encontro Estadual “O negro e a constituinte”, realizado em julho de 1985 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais”. (SANTOS; MACHADO, 2008: 100).

Dessa forma, constata-se que o movimento negro começa a adquirir maior visibilidade e participação dentro dos processos políticos. Um exemplo, é que, no ano de 1995, após a Marcha Zumbi +10 e a forte pressão em relação ao poder público que esse movimento causou mostrou a necessidade do tema de entrar na agenda política para que fossem pensadas propostas de políticas públicas para a população negra. Para isso, a Marcha Zumbi apresentou um programa ao governo federal com várias de suas reivindicações.

O reconhecimento dessas questões significava que as ações do Movimento negro estavam sendo efetivas e que o próprio Estado começou a dar maior visibilidade para os problemas causados pelo racismo e pelas desigualdades raciais e sociais no Brasil.

Para o Movimento Negro, assim como para muitos autores, uma das principais conquistas que o negro pode ter é o acesso à educação, que segundo Gomes:

“Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação”. (GOMES, 2012: 735)

Ou seja, a conquista do espaço educacional, se mostra como uma forma de reafirmação cultural, política e social. A educação pode ser vista como um caminho eficaz para a conquista da mobilidade social entre brancos e negros e entre minorias em geral, por isso à importância de se produzir uma educação e ensino de qualidade e que levam aos estudantes questões que valorizem a produção cultural de diversos grupos para que sejam disseminadas e discutidas em todo o ambiente escolar.

A discussão dessas questões é necessária para que se difunda um pouco da cultura afro e para que se abra um diálogo e um espaço acerca da construção e do reconhecimento da identidade negra tentando acabar com situações em que o racismo interfere nas práticas cotidianas de uma instituição ou de qualquer outro espaço social.

O Estado também deu uma maior atenção para a questão da distribuição de renda e da pobreza, que atinge a população negra, utilizando políticas de cunho distributivo e universal para redução dessas desigualdades. Porém o que se identifica, segundo o autor Sergei Soares (2008), é que embora tenha se identificado uma redução da desigualdade de renda para os negros, não houve mudança na questão da discriminação e do racismo em si, mas apenas uma maior necessidade dos negros em aderir aos programas sociais do Estado. (SOARES, 2008: 121).

Em suas pesquisas, Soares (2008) também percebeu que, no que diz respeito às oportunidades para ingressar no mercado de trabalho e alcançar melhores posições, não houve grandes mudanças. (SOARES, 2008: 128). Ou seja, apenas a redução da desigualdade de renda não foi suficiente para que o negro saísse da situação de sub-representação e falta de mobilidade que se encontrava.

Outra forma de verificar a existência da exclusão do negro dentro da sociedade é através da própria mídia e dos veículos de comunicação em geral devido a grande falta de representatividade que se vê em filmes, telenovelas, propagandas de televisão e outros, onde o negro sempre se encontra em uma posição de inferioridade ocupando espaços de subordinação na maioria dos casos, o que acaba por reforçar a questão do racismo na sociedade.

Essa negação e falta de representatividade do negro nos espaços midiáticos contribui para o processo de exclusão do negro e naturaliza a hierarquia de um estereótipo branco, que

deve se sobressair a todos os outros grupos, fazendo com que toda a sociedade acostume-se com essa dominação e subordinação do negro. (LECCI; PASSOS, 2018: 122).

No artigo de Lecci e Passos (2018) é notada essa falta de representatividade e subordinação do negro, pois os autores comentam a respeito do documentário de Joel Zito, intitulado “A negação do Brasil” (2000), onde são feitos relatos de atores e atrizes negras a respeito da discriminação sofrida em telenovelas e emissoras de televisão durante a década de 60 ao final de 90. Essa discriminação se deu a partir dos estereótipos criados para os negros que sempre ocupavam papéis de empregadas domésticas, escravas, motoristas, porteiros. Ou seja, profissões vistas como inferiores dentro da sociedade.

A partir desses relatos e contribuições de outros autores, verifica-se que esses estereótipos dados aos negros fazem com que a discriminação e preconceito sejam perpetuados dentro da sociedade brasileira, distanciando esse povo de gozar de todos os direitos de cidadania. (LECCI; PASSOS, 2018: 132). Essa questão contribui para o processo de exclusão social do negro e demonstra que independente da classe ou renda, a cor e as características de afrodescendentes são um pré-requisito para a discriminação racial em nosso país.

Para o Movimento Negro, a participação política e social é imprescindível para que as questões raciais sejam discutidas como forma de enfrentamento do racismo e do processo de exclusão social e racial, além do conhecimento da história e cultura africana, como forma de reafirmação da identidade negra. (LECCI; PASSOS, 2018: 131).

Para o movimento, são necessárias políticas específicas que desempenhem um papel de compensação histórica e que possam garantir maiores direitos à população negra que sempre esteve em um patamar de marginalização e de inferioridade com menor acesso aos direitos básicos dos cidadãos, como educação, saúde e moradia adequada, além do preconceito ser uma forma de exclusão social que oferece menos oportunidades a população negra. Assim, as políticas de reparação são parte importante da pauta dos movimentos e de combate à exclusão.

Dessa forma, a partir das reflexões acima, percebe-se que a variável racial pode ser considerada como um fator determinante para a exclusão social do negro, pois a forma como o negro é visto na sociedade, independente de sua renda reflete em dificuldades de acesso ao ensino superior público e de se introduzir ao mercado de trabalho, além de interferir na

participação do negro em outros espaços da sociedade, sejam eles sociais, políticos ou econômicos.

2.2. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC’S

Nos dias atuais, as novas tecnologias da informação e comunicação, bem como o advento da inclusão Digital vêm se inserindo cada vez mais no contexto social, político e econômico e têm afetado e impactado todos os setores da sociedade, exigindo dos cidadãos e de todos os grupos sociais que sejam inseridos nesse meio tecnológico.

O desenvolvimento econômico, segundo Matos e Chagas (2008), é um fator determinante para definir o nível de inclusão/exclusão de uma população. Além disso, existe a necessidade, por parte do Estado, de políticas públicas que ofereçam não só a infraestrutura, mas, principalmente, um ensino de qualidade para utilização dessas tecnologias. Verifica-se que existem diversas barreiras para a inclusão digital no Brasil, como problemas de ascensão social marcado pelas extremas desigualdades (econômicas, sociais, políticas e regionais), educação pública de baixa qualidade (essencial para o uso das TIC’S), custos altos para o acesso à internet, entre outros. E todas essas dificuldades refletem nas oportunidades para ingressar no mercado de trabalho, ou seja, afeta a empregabilidade de pessoas de baixa renda. (MATOS; CHAGAS, 2008: 70-72)

Pereira e Silva (2012) destacam que as tecnologias da informação e comunicação (TIC’S) possuem grande impacto nas relações sociais, empresariais e institucionais sendo fundamentais para o desenvolvimento global. Para esses autores as transformações tecnológicas e de telecomunicações ganham força ao final da década de 90 com o advento da internet e da computação, porém a difusão da tecnologia se inicia na década de 70 aonde outros conhecimentos científicos vinham sendo descobertos. (PEREIRA; SILVA, 2012: 153)

Essas transformações contribuem para o desenvolvimento regional, pelo fato de que existem regiões com mais recursos tecnológicos que são mais propensas ao desenvolvimento e ao acesso as TIC’S do que outras. Porém, os autores ressaltam que essas tecnologias são propulsoras de maior bem estar social, melhores oportunidades de emprego, melhoria dos serviços públicos, entre outras. Além disso, essas tecnologias também podem servir para ampliar a cidadania da população, formando uma ponte entre serviços prestados pelo governo e sociedade. (PEREIRA; SILVA, 2012: 155)

Para Bernardo Sorj e Luís Eduardo Guedes (2005) a gradual informatização do sistema produtivo necessita de mão de obra qualificada. Saber manusear as tecnologias de informação e comunicação se torna uma condição para obter melhores empregos, sucesso na vida escolar entre outras facilidades que essas ferramentas proporcionam. A capacitação para utilização das TIC's é essencial para enfrentar a exclusão digital, visto que sem esse conhecimento, ao invés de inclusão, a exclusão e as desigualdades tendem a aumentar, causando impactos negativos. (SORJ; GUEDES, 2005: 102).

Essa exclusão ocorre devido à falta de desenvolvimento e fator de vulnerabilidade social em que determinados grupos sociais se encontram, pois essas situações impedem que haja uma qualidade de educação e que esses grupos não consigam acompanhar o desenvolvimento social, econômico e político proporcionado pela globalização com o auxílio das TIC's.

Na pesquisa realizada pelos autores, constata-se que existe uma correlação com a disseminação do computador e o conhecimento em utilizá-lo com o nível de renda e escolaridade. Isso se dá, em grande medida, pelo fato de que setores do mercado de trabalho em geral passam a utilizar a informática e a tecnologia como aliados para aumentar a produtividade e conseqüentemente, a necessidade de obter mão de obra que tenha conhecimentos nessa área é imprescindível para manter o bom funcionamento desses setores e oferecer um serviço de maior qualidade para seus usuários. (SORJ; GUEDES, 2005: 105-106)

Essa pesquisa também aponta que o contato com computadores e tecnologia no ambiente de trabalho faz com que haja uma maior interação dos empregados com essas ferramentas, assim chamam a atenção para a necessidade das próprias empresas ofertarem cursos de capacitação para os funcionários, o que contribui para o processo de inclusão.

Além disso, frisam a importância das políticas públicas de inclusão digital juntamente com outras políticas sociais para alcançar o público mais carente com o intuito de promover, de forma universal, o acesso as TIC's. Essa seria uma forma de diminuir as desigualdades criadas pelas novas tecnologias e equiparar as chances de acesso a melhores empregos e promoção da mobilidade social. (SORJ, GUEDES, 2005: 115-116).

Para os autores Almeida e Paula (2005) a baixa renda e o desemprego também estão intimamente associados com a exclusão digital, já que a falta de qualificação para utilização

de tecnologias influencia na dificuldade de se entrar no mercado de trabalho, como visto acima.

Os autores ainda ressaltam que as dificuldades em utilizar as TIC's geram obstáculos na realização das atividades do cotidiano visto que atualmente, a maioria dos serviços prestados utiliza tecnologia para atender a população. Um exemplo disso é o Governo eletrônico, conhecido como E-Gov, uma ferramenta governamental que utiliza tecnologia para aumentar a eficiência dos serviços prestados para um melhor atendimento e aproximação da população com as instituições. Além disso, vários outros serviços como atendimentos de hospitais, previdência, sistema educacional, entre outros, utiliza tecnologia para cadastramento e prestação de serviços à população.

Percebe-se que então as tecnologias de informação e comunicação podem ser ferramentas utilizadas em todos os âmbitos da sociedade como forma de melhorar as condições de vida e ampliar a participação social da população, já que são ferramentas utilizadas pelo Governo em suas atividades, promovendo o aumento da transparência e melhor qualidade dos serviços prestados.

As iniciativas que têm o objetivo de expandir o uso das TIC's bem como promover a inclusão digital vêm tentando ser emplacadas desde os anos 2000. (FALAVIGNA, 2011: 19).

Para Falavigna (2011), que atuou diretamente no processo de implementação de um importante projeto de inclusão digital – o Sampa.Org. - a globalização demandou que a sociedade, a fim de desenvolver-se social, cultural, econômica e politicamente, necessitava ser inserida nesse processo e, para isso, era necessário que o conhecimento informacional, cada vez mais comum, fosse disseminado. Lidar com essa “exclusão informacional” seria umas das maneiras de tratar o problema da exclusão social e das desigualdades sofridas por grande parte da sociedade brasileira. (FALAVIGNA, 2011: 26)

Na época, foi detectado que grande parte dos municípios brasileiros não possuía estrutura adequada para proporcionar a população um acesso à internet de qualidade. Ou seja, a democratização do acesso à internet e às Tecnologias de informação e Comunicação não era abrangente no país. Assim, foi percebida a necessidade de promover uma maior inclusão, principalmente da população em vulnerabilidade social e em áreas sem infraestrutura.

Para isso começou-se a pensar na criação de iniciativas governamentais e políticas públicas em parceria com Organizações não Governamentais (ONGS), instituições, empresas privadas e outros órgãos a fim de democratizar o uso das TIC's e promover uma maior inclusão digital.

Uma das primeiras iniciativas de Inclusão Digital foi à instalação de pontos de inclusão digital nas comunidades como os Telecentros, por exemplo. O Projeto intitulado Sampa.Org surgiu de uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, juntamente com o Instituto Florestan Fernandes (IFF) e com outras instituições devido à preocupação de expandir o acesso à internet e evitar que se ampliasse o abismo entre os que possuíam acesso às TIC's e os que não possuíam esse acesso, favorecendo a exclusão digital e as desigualdades socioeconômicas. (FALAVIGNA, 2011: 31)

A necessidade de implementação de ações voltada pra a inclusão digital e da articulação do Governo em parceria com organizações da sociedade civil, resultaram em um evento de grande importância para problematizar e se atentar para as demandas sociais a fim de encontrar caminhos para a exclusão digital e social, chamado Oficina para Inclusão Digital. (FALAVIGNA, 2005: 55)

O documento gerado através das discussões realizadas na Oficina para Inclusão Digital possibilitou a construção de bases para definir o papel e demais necessidades dos Pontos de inclusão digital e dos Telecentros:

- “Os Telecentros são iniciativas que utilizam TIC ligadas à internet, garantindo acesso público e universal para captação, geração, prospecção e distribuição do conhecimento, servindo para facilitar e estimular a participação cidadã da comunidade.”
- “Os Telecentros devem oferecer mais do que apenas capacitação/treinamento.”
- “Os Telecentros devem ser geridos com participação efetiva da comunidade.”
- “Enquanto proposta de inclusão digital, um Telecentro se destina prioritariamente a um público que não tem contato com as tecnologias da informação no trabalho ou escola”. (FALAVIGNA, 2011: 67-68).

Além da construção dessas bases, a Oficina e sua interação com entidades da sociedade civil, Governo Federal, Estados e Municípios possibilitou a compreensão por meio do Estado de que os Telecentros precisavam se adaptar as necessidades e dificuldades de cada comunidade para proporcionar uma inclusão mais efetiva e que pudesse auxiliar na utilização

de serviços públicos, aumentando assim a participação política e exercício da cidadania das comunidades.

Atualmente os Telecentros continuam atuando sobre as mesmas bases, porém são aliados com outras políticas públicas a fim de proporcionar não só a inclusão digital, mas a formação e capacitação da população para utilização das TICs, ampliação da cidadania e desenvolvimento social. O que proporciona essa integração é o Observatório Nacional de Inclusão Digital – ONID, criado para armazenar e mapear todos os dados e projetos relacionados à inclusão digital no país. Essa ferramenta proporciona uma articulação entre projetos governamentais e a sociedade civil, favorecendo a ampliação da cidadania e da transparência. (FALAVIGNA, 2011: 204)

Outra iniciativa que, além de visar à inclusão digital, visa à capacitação de jovens que se encontram em vulnerabilidade social e a preocupação de descartar lixo e equipamentos eletrônicos no meio ambiente, é a dos Centros de Recondicionamento de Computadores – CRCs. Segundo reportagem da Revista Integra, elaborada pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC:

“Os CRCs é uma iniciativa da Setel que promove a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social por meio de oficinas, cursos e atividades relacionadas ao recondicionamento e operação de computadores, além do impacto ambiental ligado ao descarte de resíduos eletrônicos.” (REVISTA INTEGRA, 2018: 12)

Além disso, os CRCs auxiliam também na manutenção dos Pontos de Inclusão Digital – PIDs, como os Telecentros, por exemplo, através do recondicionamento de equipamentos para revitalização desses PIDs, o que mostra que essa política tem grande importância no que diz respeito à promoção da inclusão digital, proporcionando capacitação e inserção do jovem no mercado de trabalho bem como preocupação com a questão da sustentabilidade. Ou seja, é uma política integrada com outras áreas sociais.

Atualmente existem nove CRCs em funcionamento: Brasília – DF, Valparaíso – GO, Petrolina – PE, Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, João Pessoa – PB, Emaús – PA, Maracanaú – CE, e São Paulo – SP. (REVISTA INTEGRA, 2018: 13).

Todos esses CRCs funcionam através da parceria entre o MCTIC, ONGs, Instituições de ensino e outros órgãos públicos a fim de manter todo o processo de doação e integração de outras políticas juntamente com a ação promovida por esses centros.

Todas essas medidas e iniciativas ao longo dos anos são resultado da preocupação que a exclusão digital trouxe, pelo fato de causar uma segregação entre os que possuem acesso as tecnologias de informação e comunicação e seus benefícios e aqueles não possuem, fazendo com que os problemas socioeconômicos ao invés de serem amenizados, acabam por ser tornar ainda maiores, onde os excluídos socialmente permanecem nessa posição e com ainda mais dificuldades de conquistar mobilidade social.

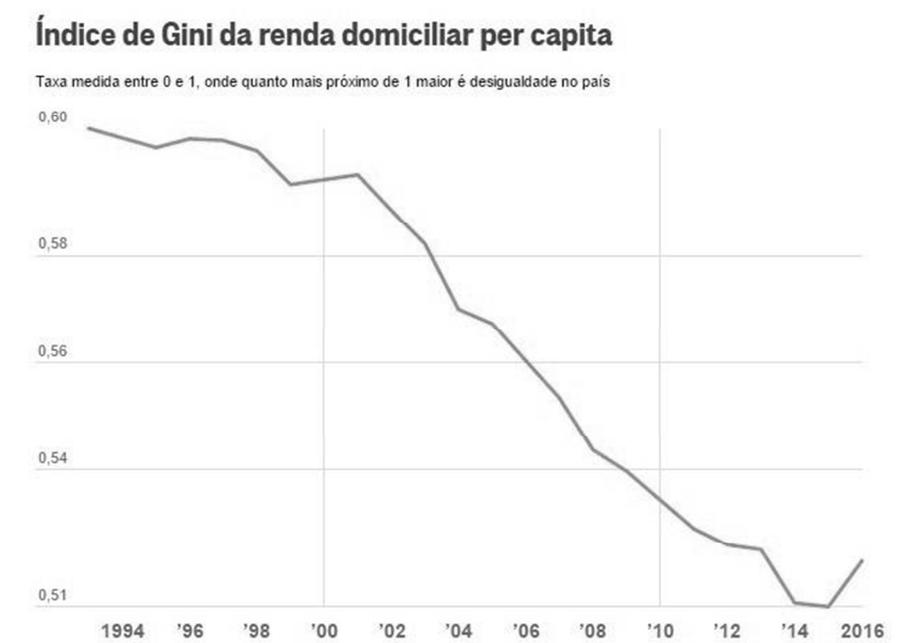
Para os autores Pereira e Silva (2012) tais iniciativas e parcerias devem ser articuladas de modo que possam atender cada região de uma forma mais particular, que atenda suas especificidades e as necessidades da população que ira utilizar os serviços proporcionados pelas políticas públicas de inclusão digital. (PEREIRA; SILVA 2012: 171)

Se atentar para a capacitação da população dos locais onde os PIDs são implementados também é uma forma de incentivar o uso desses espaços e gerar empregos dentro dos municípios e locais periféricos.

2.3 RENDA

A desigualdade de renda no Brasil sempre foi uma questão muito falada em noticiários e em diversos estudos e que faz parte do cotidiano de muitos brasileiros. Há muitos anos, o Brasil é colocado como um dos países mais desiguais em termos de renda, não por falta de riquezas, mas pela má distribuição dessas riquezas entre a população a partir da grande concentração de renda, o que acaba por gerar extremos: uma parcela muito pobre e outra muito rica. Os indivíduos considerados abaixo da linha da pobreza no Brasil são aqueles que ganham menos de um quarto do salário mínimo e geralmente participam de políticas sociais. (REZENDE; TAFNER, 2005: 23).

A tabela abaixo, a partir de dados baseados na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD ilustra a persistência da desigualdade de renda da sociedade brasileira desde 1994 até 2016. Percebe-se que houve uma pequena queda da desigualdade entre os anos de 2014 e 2015, porém os indicadores voltam a subir no ano de 2016 em diante, tornando-se assim um problema recorrente no Brasil.



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos microdados da PNAD e PNADC/IBGE

Na reportagem realizada pela revista Pragmatismo Político, esse aumento se dá devido ao aumento do desemprego e da inflação que se perpetuam na sociedade brasileira, principalmente entre os mais pobres que possuem cada vez menos possibilidades de aumentar sua renda. (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2017).

Para o autor Salvador (2016), analisar a distribuição de renda no Brasil a partir da análise dos dados de imposto de renda da Receita Federal que medem a concentração de renda dos mais ricos é mais eficaz do que a análise realizada pelas pesquisas domiciliares como o da PNAD, por exemplo. (SALVADOR, 2016: 17). Isso se dá devido à oscilação do coeficiente de Gini e por este não conseguir mensurar a concentração de renda de forma individual, embora seja a medida mais utilizada.

Mesmo com a redução dos níveis de desigualdade e da pobreza entre 2001 e 2007 relatados pelos autores Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2010) em estudo realizado pelo IPEA, percebe-se que a alta concentração de renda entre os mais ricos ainda é um grande problema que continua contribuindo para os grandes índices de pobreza e desigualdade no Brasil.

As causas dessa extrema pobreza são diversas. Em uma pesquisa realizada pelo IPEA em 2011 a respeito da percepção que os brasileiros têm sobre os problemas que causam essa pobreza percebe-se que, de modo geral, grande parte da população considera o desemprego, seguido da violência e insegurança como principais responsáveis por essa questão (IPEA, 2014: 108).

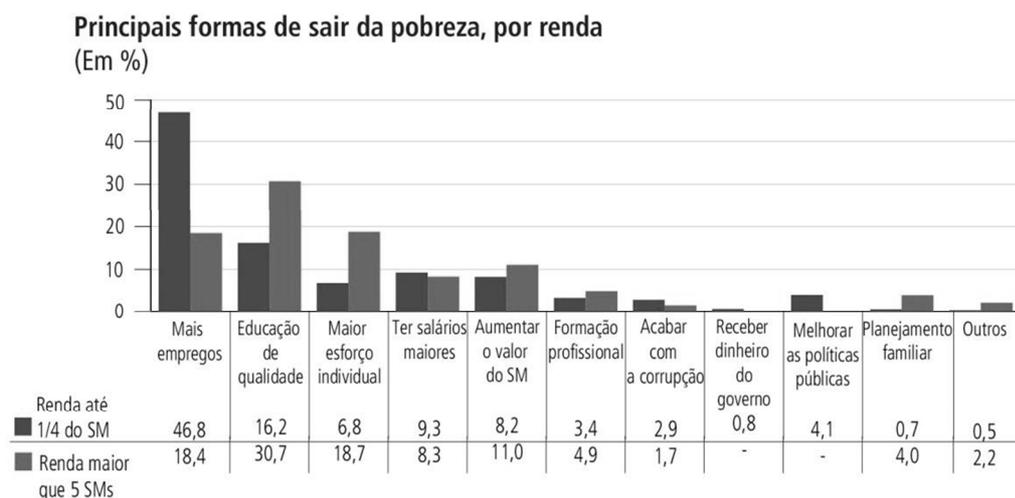
Porém analisando os dados da pesquisa, demonstra-se que a percepção do que causa a pobreza varia de acordo com as regiões que possuem maior e menor concentração de renda, indicando que a visão entre ricos e pobres dos problemas acerca da desigualdade de renda é muito diferente como pode ser visualizado no gráfico abaixo:



Fonte: IPEA, 2014: 109.

Através do gráfico, percebe-se que para as Regiões Norte e Nordeste, que são consideradas umas das mais desiguais do país, a violência, a insegurança e o desemprego são os principais problemas. Em contrapartida, as regiões Centro-Oeste e Sudeste, que possuem grande concentração de renda segundo pesquisas realizadas pelo IBGE, identificam a saúde e a corrupção como principais problemas para o Brasil.

A visão que ricos e pobres têm sobre as formas de combate a pobreza também demonstra pensamentos diferenciados. Para aqueles que possuem rendas maiores, a educação seria um caminho de sair da pobreza e para os que possuem menores rendimentos, a criação de empregos seria a melhor maneira de combater a pobreza. Isso pode ser evidenciado no gráfico abaixo:

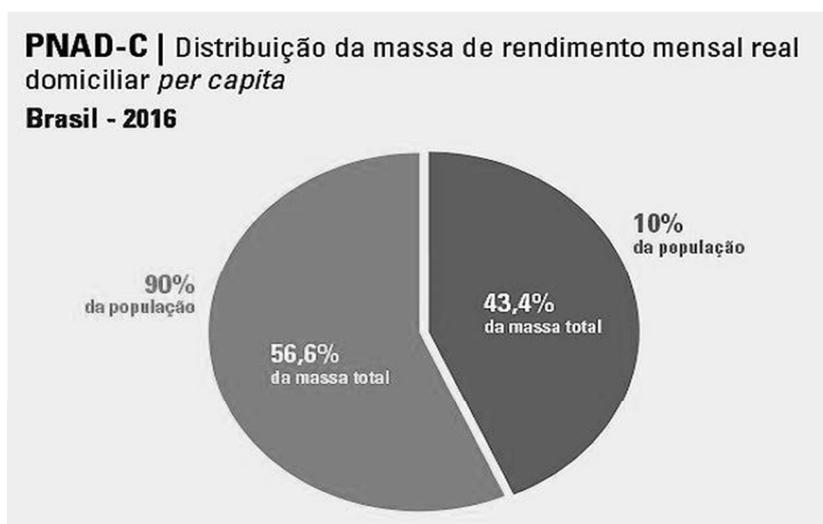


Fonte: IPEA, 2014: 120.

Além disso, verifica-se também que aqueles que possuem rendas maiores que cinco salários mínimos acreditam que para sair da pobreza deveria haver um maior esforço individual daqueles que possuem menores rendimentos, além de mais investimentos por parte do Estado em educação de qualidade. Por outro lado, as parcelas com menores rendimentos acreditam que deve haver uma intervenção estatal para a geração de mais empregos e não necessariamente de educação.

A concentração de renda no Brasil é evidenciada por algumas variáveis como região, cor da pele, educação e mercado de trabalho. Em seus estudos e através da análise de dados retirados da PNAD, Santos (2018) constata que as localidades em que determinados grupos se

encontram pode sim afetar os níveis de renda desse grupo, devido à concentração de renda ser maior em regiões mais desenvolvidas economicamente. (SANTOS, 2018: 558-559)



Fonte IBGE.

De acordo com o gráfico acima, no ano de 2016 apenas 10% da população brasileira possui quase metade dos rendimentos de renda per capita, que diz respeito aos rendimentos familiares, enquanto o restante desses rendimentos é distribuído por 90% da população brasileira, o que ilustra a dimensão da desigualdade de renda que o Brasil enfrenta.

Constata-se também, na PNAD realizada no ano de 2014, que entre os mais pobres do ano de 2013, a maioria eram pretos ou pardos e entre aqueles que representam 1% mais ricos o contrário ocorre: mais da metade dos rendimentos são concentrados entre os brancos contra uma pequena porcentagem de pretos e pardos. (PNAD 2014).

Essa questão da má distribuição e concentração de renda acaba por gerar uma série de efeitos, que juntos, contribuem para a exclusão social de grande parte da população brasileira. Um dos efeitos da desigualdade de renda está associado à falta de acesso a bens e serviços públicos como educação, saneamento básico nas regiões mais afastadas, acesso à comunicação, relacionada ao uso das TIC's, saúde de qualidade, entre outras.

A violência e a periferização também são questões relacionadas à desigualdade de renda, o que também pode ser associado à ineficácia das políticas de segurança pública implementadas pelo Estado. Todos esses efeitos são barreiras que impedem essa parcela da sociedade em alcançar a mobilidade social através de melhores empregos e capacitação necessária, além de contribuir para os problemas econômicos do país.

O gráfico abaixo demonstra a parcela da população que se encontra em extrema pobreza, de acordo com os rendimentos mensais de US\$ 1,90 por dia ou R\$ 133,72 por mês, nos anos de 2016 e 2017 nas regiões brasileiras.



Fonte: LCA/Pnad Contínua

Através do gráfico percebe-se que em todas as regiões houve um aumento do número de pessoas que se encontram em extrema pobreza no ano de 2017. Isso demonstra que a desigualdade de renda ainda é um problema persistente na sociedade brasileira, bem como os efeitos que são gerados por ela.

CAPÍTULO 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões apresentadas nos capítulos anteriores a respeito da exclusão social no Brasil e da discussão dos problemas causados pelas variáveis de raça, tecnologias da informação e comunicação e renda, verifica-se que existe uma relação entre essas variáveis que levam ao fenômeno da exclusão. Todos esses problemas e fragmentações da sociedade brasileira acabam por causar rupturas no sistema institucional brasileiro, gerando obstáculos para a democracia e cidadania da população.

Percebe-se que os cidadãos excluídos socialmente não conseguem participar de forma plena do sistema político, econômico e social, e obter acesso aos serviços básicos oferecidos pelo Estado que deveriam ser direito de todo cidadão, o que acaba por gerar dilemas que refletem na estrutura social do país e no seu desenvolvimento.

A partir das variáveis apresentadas é possível perceber que algumas questões são recorrentes na sociedade brasileira como, por exemplo, a questão racial e a questão da desigualdade de renda, o que acaba por perpetuar a exclusão social e gerar outros impasses que dificultam a igualdade de oportunidades, de acesso a bens e serviços e de direitos em geral de uma grande parcela da população atualmente.

Analisando a variável racial nota-se que, independente da condição financeira e social essa questão torna-se determinante para a exclusão social no Brasil apenas pela forma negativa pela qual a população negra é enxergada na sociedade e ao passado racista que se impregnou na construção da sociedade. Essa visão racista interfere e reflete na conquista de melhores empregos, melhores salários e na participação em determinados espaços da sociedade, afetando também a mobilidade social do negro. Percebe-se que todos esses fatores facilitam que o preconceito e a discriminação racial sejam recorrentes na sociedade brasileira, contribuindo ainda mais pra exclusão social no negro.

Além disso, partindo dos dados apresentados a respeito da desigualdade de renda no Brasil, fica claro que dentro da parcela da população que concentra a maior parte da renda do país a maioria é branca, o que demonstra a desigualdade econômica e social entre brancos e não brancos no Brasil. Percebe-se que essa desigualdade de renda é mais evidente em determinadas regiões, que por falta de desenvolvimento e de infraestrutura e da maior dificuldade da população em acessar bens e serviços, de entrar no mercado de trabalho, tornam-se vítimas da exclusão social.

Dentro dessas regiões, devido às dificuldades de acesso, percebe-se que existe uma grande necessidade de implementação das TIC'S, que, como foi visto, são responsáveis atualmente por uma grande parte do desenvolvimento de um país, sendo utilizadas em todas as esferas da sociedade. Sendo assim, percebe-se que o fator relacionado à renda é um obstáculo para a democratização dessas tecnologias, visto que indivíduos de baixa renda têm maior dificuldade de possuir e de acessar essas novas tecnologias, o que interfere diretamente em oportunidades de ingressar no mercado de trabalho e em dificuldades de acessar serviços públicos, por exemplo.

Considerando esse processo de desigualdade e exclusão social analisado pelas variáveis de raça e de renda a partir do contexto social brasileiro, as tecnologias de informação e comunicação podem ser visualizadas como elementos capazes de atenuar esse processo de exclusão social, principalmente em regiões mais desiguais e com maior dificuldade de acesso como foi dito anteriormente. A democratização e universalização das TIC'S são essenciais para igualar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, de acesso a serviços básicos, além de contribuir para o aumento da participação social de todos os cidadãos, visto que nas regiões mais desenvolvidas a utilização das TIC's proporciona melhores condições de vida.

Assim, promover a inclusão digital através de infraestrutura adequada e, principalmente, capacitação para utilização dessas tecnologias e ações que fomentem o desenvolvimento social, político e econômico, podem ser formas de atuar na redução da exclusão social no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, a partir das variáveis estudadas e de sua problematização, é possível perceber que são questões que atingem princípios básicos de democracia e de cidadania e que possuem uma relação social com o processo de exclusão do Brasil. Por isso, o Estado é um grande responsável por promover ações através da gestão eficaz de políticas públicas que possam amenizar e reduzir os índices de exclusão social no Brasil. Pensar em políticas públicas integradas talvez fosse uma forma de promover essa redução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“A Negação do Brasil”. Direção e produção: Joel Zito de Araújo. São Paulo. Casa de criação. Ministério Da Cultura. 2000.

ALMEIDA, Lília Bilati de; PAULA, Luiza Gonçalves de. “O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira”. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. 2005, vol.2, n.1 [cited 2018-06-13], pp.55-67

As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília: Ipea, 2008.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. “Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil”. Rio de Janeiro. Produzido no programa de trabalho de 2009. IPEA, 2010.

CARTA CAPITAL, 28/08/2018. “Como o Brasil alimenta a desigualdade?”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-o-brasil-alimenta-a-desigualdade>> Último acesso em 12/09/2018.

CARTA CAPITAL, 29/11/2017. “IBGE: 10% da população mais rica concentra quase metade da renda.” Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-10-da-populacao-mais-rica-concentra-quase-metade-da-renda>> Último acesso em: 12/09/2018.

DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cad. Pesqui.* [online]. 2009, vol.39, n.138 [cited 2015-10-05], pp. 963-994

FALAVIGNA. Maurício Serrano. “Inclusão Digital: vivências brasileiras”. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2011.

GABATZ, Celso. “Reflexões sobre Exclusão e Vulnerabilidade social no Brasil Contemporâneo.” *Sociedade em Debate*, 21(1), p. 33-49, 2015.

GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão” in: “Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03”. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educ. Soc.* [online]. 2012, vol.33, n.120 [cited 2015-10-05], pp. 727-744.

GUARESCHI, Neuza M. F.; REIS, Carolina D.; HUNING, Simone M. e BERTUZZI, Leticia D.” Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo”. *Estud. pesqui. psicol.* [online]. 2007, vol.7, n.1 [citado 2018-09-11], p 17-27.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Rev. Antropol.* [online]. 2004, vol.47, n.1

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2002, vol.18, suppl. [cited 2018-09-24], pp. 57-65.

LECCI, Alice de Carvalho Lino; PASSOS, Luiz Augusto. “A negação do Brasil: estereotipagem e identidade negra”. Educação, artes e inclusão. 2018. vol 14, nº 2 abr/jun. p 117-134.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de and CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2008, vol.13, n.1 [cited 2017-10-19], pp.67-94

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de and CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2008, vol.13, n.1 [cited 2017-10-19], pp.67-94

PAUGAM. Serge. “O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social”. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.67-86.

PEREIRA, Danilo Moura; SILVA Gislane Santos. “As tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’S) como aliadas para o desenvolvimento”. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, Ano 7, nº 8, 2012, p. 151-172.

POZZO, Clayton Ferreira Dal; FURINI, Luciano Antônio. “O conceito de Exclusão Social e sua discussão”. *Revista Geografia em Atos*. 2010.v. 1. n. 10, p 86- 92.

PRAGMATISMO POLÍTICO, 16/03/2017. “Desigualdade no Brasil aumenta pela primeira vez em 22 anos”. Disponível em:
<<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/desigualdade-no-brasil-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos.html>> Último acesso em: 30/10/2018.

REVISTA INTEGRA. “Reciclar para incluir”. Assessoria de Comunicação- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 12º Edição. 2018.p.12-15.

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. “Brasil : o estado de uma nação”. Edição resumida. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

RODRIGUES, Eduardo Vítor; SAMAGAIO, Florbela Maria da Silva; FRREIRA, Helder; JANUÁRIO, Suzana Paula Carvalho. “A pobreza a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais e Portugal”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Revista da Faculdade de Letras : Sociologia, 09, 1999, p. 63-101.

SALVADOR, Evilásio. “Perfil da desigualdade e da injustiça tributária – Com base nos declarantes de Imposto de Renda no Brasil 2007-2013”. INESC. Brasília. 2016. Disponível em <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2016/perfil-da-desigualdade-e-da-injustica-tributaria>>Último acesso em 12/09/2018.

SANTOS, Elisabete Figueroa; SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. “A questão étnico racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da teoria das representações sociais”. *Psicologia e Saber Social*, 4(2), p. 168-182, 2015.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe Social, território e desigualdade de saúde no Brasil. *Saude soc.* [online]. 2018, vol.27, n.2

SANTOS, Marzo Vargas dos and MOLINA NETO, Vicente. Aprendendo a ser negro: a perspectiva dos estudantes. *Cad. Pesqui.* [online]. 2011, vol.41, n.143 [cited 2018-04-10], pp.516-537

SANTOS, Sônia Querino dos and MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. *Ensaio: aval.pol públ. Educ.* [online]. 2008, vol.16, n.58, pp. 95-112

Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Diretoria de pesquisas. Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro. IBGE. 2014.

SIPS 2014: percepções da população sobre políticas públicas /Organizadores: Marcelo Côrtes Neri, Fabio Schiavinatto. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SORJ, Bernardo and GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2005, n.72 p 101-117.

UOL, 12/04/2018. “10% da população concentrava 43,3% da renda do país em 2017, diz IBGE”. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/concentracao-renda-ibge.htm>> Último acesso em 12/09/2018.

VÉRAS, M. P. Exclusão social – um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-46.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 16-26.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito?. *Saude soc.* [online]. 2006, vol.15, n.3 [cited 2018-04-04], pp.15-29